

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N.º 10.035/2000

Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

Vladimir Azevedo de Mello (*)

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho experimentaram grandes transformações ao longo das eras. Com essas transformações sobreveio, também, uma majoração da importância do labor no seio da sociedade.

O trabalho humano, uma vez abandonadas — ao menos idealmente — as formas mais ignóbeis de sua exploração, fez erigir uma complexa e extensa teia de conseqüências sócio-jurídicas.

O Direito do Trabalho que é, segundo Arnaldo Süssekind, “um produto da reação verificada no século XIX contra a exploração dos assalariados por empresários”⁴, deu ensejo à construção de um significativo aparato jurídico voltado à consecução dos fins que o justificavam e justificam.

Desde Robert Owen, com as formulações constantes da sua obra *A New View of Society*, de 1813, até as modernas manifestações do constitucionalismo social, verifica-se que as conquistas angariadas pelos trabalhadores ultrapassam os limites das relações patrão-empregado e deitam raízes em outras zonas.

A humanização da relação capital-trabalho decorre das limitações impostas à vontade dos indivíduos, circunstância que, segundo Süssekind, é “homenagem ao interesse público e à força normativa da realidade (Jellinek)”⁵. Desse processo de publicização voltado à proteção do trabalhador é que decorre o corolário de que os desdobramentos das relações capital-trabalho vão além dos ajustes necessários à convivência diuturna entre patrões e empregados.

Essas projeções são de tal ordem extensas que subsistem mesmo quando cessado o contrato de trabalho, como no caso do seguro-desemprego, da aposentadoria e da maioria dos benefícios de jaez previdenciária.

(*) Vladimir Azevedo de Mello é Servidor do TRT da 13ª Região, Assessor Jurídico da Juíza Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega e ex-Assessor Jurídico do Juiz Carlos Coelho de Miranda Freire

Os benefícios previdenciários, embora estejam, considerada certa perspectiva, sob o pálio de outras construções do Direito, têm gênese e existência no labor humano e,

⁴ in **Direito Constitucional do Trabalho**. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 1999. Pág. 05.

⁵ *Op. cit.*, Pág. 11.

Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

assim, interessam aos que se ocupam das questões relativas ao Direito do Trabalho e dos procedimentos judiciais que dele decorrem, inclusive no que concerne às demais questões públicas que lhe são correlatas, como, por exemplo, a própria existência e viabilização do sistema previdenciário.

Essa complementação, essa inter-relação entre os vários segmentos da construção jurídica, e entre elas e as questões de ordem sócio-econômica são um imperativo de nossa época. Sem que isso ocorra haverá um fosso entre as aspirações da sociedade e o direito que a rege. Nesse sentido é a lição da Arnaldo Süssekind, da qual, mais uma vez, nos servimos, *verbis*

A ascensão do econômico-social ao plano jurídico-constitucional — escreve IVO DANTAS nos seus preciosos comentários à Constituição Brasileira de 1988 — nada mais é do que uma tentativa de adaptar os textos às novas realidades, em constante processo de mudança sócio-cultural, em permanente vir a ser”. E insiste: “nesta perspectiva do relacionamento Constituição Política e Constituição Social observa-se que, nos instantes onde não ocorre a adaptação e harmonia das normas constitucionais às novas realidades, ocorre o já falado hiato constitucional”⁶

A partir dessa constatação propomo-nos a abordar as questões relativas às inovações trazidas pela Lei n.º 10.035/2000, que sobreveio ao ordenamento jurídico em razão das disposições contidas na Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998.

DA NOVA SISTEMÁTICA

O envolvimento do aparelho judicial trabalhista no processo de arrecadação das contribuições previdenciárias tem na Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/98, um divisor de águas.

A competência da Justiça do Trabalho, fixada pelo *caput* artigo 114 da Carta Política vigente desde 05/10/88, está assim delimitada, *verbis*:

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma lei, outras controvérsias decorrentes da relação d trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.”

Com a sobrevinda da Emenda Constitucional supracitada, a competência da Justiça do Trabalho foi dilatada de forma a tornar explícita a sua novel atribuição correlata às contribuições previdenciárias. Ao artigo 114 foi acrescido um terceiro parágrafo, cuja redação é a seguinte:

⁶ *Op. cit.*, Pág. 15.

Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir

A inserção deste último comando constitucional trouxe — e de forma distinta não poderia ser — efervescência ao meio jurídico-trabalhista.

Essa circunstância, de certo, motivou o legislador a encontrar, no âmbito do procedimento judicial trabalhista, opção mais eficaz e racional de efetivação desses recolhimentos. Essa opção, cuja gênese, repita-se, está na Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/98, foi minudenciada por meio da Lei n.º 10.035/2000.

As alterações trazidas pela novel Lei Os embaraços, sobretudo de ordem operacional, foram inúmeros. É que, dantes da emergência do § 3º do artigo 114 da Lei Maior vigente desde 05/10/88, a atuação dos órgãos do Judiciário Trabalhista cingia-se, de regra, à remessa das informações ao INSS dando conta de que as contribuições devidas não haviam sido espontaneamente quitadas.

Ao órgão do Poder Executivo caberia, então, e caso não recolhidas as devidas contribuições incidentes sobre as parcelas decorrentes da sentença trabalhista, acionar os devedores perante a Justiça Federal Comum.

É cediço, contudo, que o aparato administrativo do INSS, mesmo considerada a excelência de seus procuradores judiciais, não se mostrava capaz de demonstrar eficiência na tarefa de tornar efetivo o recolhimento dessas importâncias aos cofres da Previdência Social.

à Consolidação das Leis do Trabalho são as seguintes e serão, uma a uma, objeto de considerações.

Ao artigo 831 da CLT foi acrescido um parágrafo único assim grafado, *verbis*:

"Art. 831."

"Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas."

A redação do referido artigo reitera o entendimento já cristalizado no Enunciado n.º 259 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no que diz respeito à irrecurribilidade dos acordos celebrados perante a Justiça do Trabalho.

Traz em suas linhas, entretanto, uma novidade um tanto inusual. A coisa julgada, pilar da segurança jurídica, pode, agora, ser dilatada ou minorada em favor de terceiro, mantendo-se incólume em relação às partes que estiveram em juízo. Observe-se que o comando legal não traz qualquer limitação de jaez temporal.

A formulação pode encontrar justificação no fato de que o órgão previdenciário foi ausente à fase de cognição, circunstância que o impediu de sair em defesa de seus interesses. Mas a solução apontada pela lei, *data venia*, pode representar um sério problema à racionalização dos procedimentos judiciais.

Suponha-se, a título de exemplificação, que o INSS, quando já iniciada a fase de execução, obviamente, insurja-se contra um determinado aspecto da condenação.

A possibilidade de impor nova conformação ao objeto da insatisfação está efetivamente aberta, mas a sua efetivação na fase de execução — considerada a hipótese de não satisfação espontânea dos termos do acordado — efetivar-se-ia de que forma? A providência conduziria, forçosamente, a um hiato cognitivo durante a fase de execução.

Mas a sistemática dos procedimentos executivos é incompatível com a dialética que marca o procedimento de cognição. Verificamos, então, uma imperfeição no texto legal, que finda por abrir séria possibilidade de instalação de desarmonia na marcha processual.

O artigo 832 da CLT recebeu a seguinte configuração, *verbis*:

“Art. 832”

“§ 3º As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.”

“§ 4º O INSS será intimado, por via postal, das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.”

As disposições contidas nas inovações são salutares. A indicação da natureza das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado constitui instrumento apto a otimizar o procedimento executivo, pois, uma vez encoberto pelo manto da coisa julgada, esse aspecto do *decisum* não mais poderá ser retomado durante a fase de execução. Da mesma forma, e por iguais razões, é louvável a providência em relação à incumbência de cada uma das partes no tocante ao recolhimento das contribuições.

Com relação à obrigatoriedade de intimação do INSS acerca das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória e a faculdade de interposição do recurso cabível, cremos que se trata de algo imperioso. Entretanto, em relação a isso, dois aspectos chamam atenção.

O primeiro deles é correlato às disposições encerradas no parágrafo único do artigo 831 consolidado. Como os termos do acordo judicial não se revestem dos atributos da coisa julgada em relação ao INSS pode-se chegar a uma situação em que, manejado um recurso ordinário pelo órgão do Executivo, entenda a instância *ad quem* por dar-lhe provimento, mudando a natureza de uma determinada parcela de indenizatória para salarial. Dita parcela possuiria jaez salarial para o INSS e indenizatória para as partes envolvidas no procedimento judicial. Essa eventual ambigüidade é de todo indesejável.

O segundo aspecto diz respeito à necessidade de intimação do INSS apenas em relação à homologação de acordos que contenham parcelas de natureza indenizatória. Nos casos de erro judicial no tocante à identificação da natureza das parcelas — uma parcela de natureza indenizatória pode ser equivocadamente tida por salarial pelo juízo prolator da decisão —, circunstância em que as partes poderiam valer-se de recurso à

instância superior, o órgão previdenciário também deve ser intimado dessa interposição, e não apenas da decisão, pois por meio das contra-razões ao eventual recurso teria assegurada a possibilidade de insurgir-se contra os argumentos expendidos pelo recorrente. Entendemos que o correto, por coerente com o intuito da lei, seria a intimação do órgão previdenciário de todas as decisões homologatórias de acordos judiciais e também da interposição de eventuais recursos, como forma de serem evitados eventuais prejuízos aos cofres da previdência social.

O artigo 876 da CLT teve a si acrescido um parágrafo único assim disposto

"Art. 876."

"Parágrafo único. Serão executados ex officio os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo."

O comando supracitado repete o disposto na Emenda Constitucional n.º 20/98 e alinha-se ao procedimento já adotado no âmbito do processo trabalhista, em que o juízo deflagra, *ex officio*, o procedimento executório.

O artigo 878 está, agora, assim disposto, *verbis*:

"Art. 878-A. Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução ex officio." (AC)

A redação do artigo satisfaz à necessidade de simplificação dos procedimentos, pois, ao menos em relação à parte que o devedor entender devida ao INSS, poupa-se a sujeição das partes aos efeitos malfazejos do procedimento judicial, preservando-se, outrossim, os interesses do órgão previdenciário.

O artigo 879 está assim gravado, *verbis*:

"Art. 879."

"§ 1º"

"§ 1º-A. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas." (AC)

"§ 1º-B. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente." (AC)

"§ 2º"

"§ 3º Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação por via postal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por intermédio do órgão competente, para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão."

"§ 4º A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária."

As disposições contidas nos §§ 1º-A e 1º-B são, em verdade, uma imposição lógica do propósito encerrado na própria lei, pois, se o objetivo do legislador foi fazer aproveitar ao INSS a marcha da execução trabalhista, não poderia ele optar por fazê-lo em momento mais proveitoso do que o da quantificação das parcelas devidas. A quantificação das parcelas devidas ao INSS em outro momento processual seria um tanto desastrosa e contraproducente.

As disposições contidas no § 3º, são, como explica o Magistrado Márcio Ribeiro do Valle, do TRT da 13ª Região, são

o resguardo de um dos princípios básicos do processo trabalhista, qual seja, o da celeridade, vem defendido pela previsão constante do § 3º da norma celetizada ora mencionada (art. 832) que, evitando a eternização das fases processuais, prevê a intimação do Instituto Nacional do Seguro Social para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os cálculos apresentados, sob pena de precluir o direito de fazê-lo. Note-se que a Previdência Social, no caso de omissão, não ficou isenta dos efeitos da preclusão.⁷

O § 4º, por seu turno, uniformiza os procedimentos relativos à atualização, racionalizando o procedimento dos órgãos jurisdicionais nesse particular.

Os artigos abaixo citados tratam do procedimento a ser adotado para que se proceda a efetiva execução das contribuições previdenciárias devidamente apuradas. Devem ser observados, quando nas lacunas desse procedimento, os dispositivos celetistas quanto correlatos.

"Art. 880. O juiz ou presidente do tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas, ou, em se tratando de pagamento em dinheiro, incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora." (NR)

"....."

O art. 880 sofreu significativa modificação ao ser acrescida a expressão "incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS". A referida modificação se fazia necessária, vez que era comum a elaboração dos cálculos sem a inclusão da parcela referente às contribuições previdenciárias, quando então ficava a cargo das partes a providência de identificar o valor do encargo previdenciário, recolhê-lo, para então ser descontado da conta elaborada pelo órgão judiciário.

"Art.884."

⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/revista>
Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

"§ 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário." (NR)

Da mesma forma, revelou-se imprescindível ao desenvolvimento concatenado da marcha processual, o esclarecimento feito no parágrafo 4º do art. 884, no sentido de que se julgarão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

Isso porque, caso a lei fosse omissa nesse aspecto, vários procedimentos seriam adotados pelos inúmeros juízos trabalhistas, causando, indubitavelmente, em muitos casos, enorme entrave à marcha processual, correndo-se o risco até, de se suspender a execução trabalhista até que fosse fixado o valor da contribuição previdenciária.

Registre-se aqui, que se por acaso o órgão previdenciário quisesse oferecer impugnação à conta de liquidação deverá fazê-lo no prazo de cinco dias, previsto no *caput* do art. 884 da CLT. A menção feita à impugnação da conta pela Previdência Social no parágrafo 4º do referido artigo, submeteu-o também às determinações contidas no *caput*, de forma que não se outorgou ao ente previdenciário qualquer prazo especial.

"Art. 889-A. Os recolhimentos das importâncias devidas, referentes às contribuições sociais, serão efetuados nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., por intermédio de documento de arrecadação da Previdência Social, dele se fazendo constar o número do processo." (AC)

"§ 1º Sendo concedido parcelamento do débito previdenciário perante o INSS o devedor deverá juntar aos autos documento comprobatório do referido ajuste, ficando suspensa a execução da respectiva contribuição previdenciária até final e integral cumprimento do parcelamento." (AC)

"§ 2º As varas do trabalho encaminharão ao órgão competente do INSS, mensalmente, cópias das guias pertinentes aos recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento." (AC)

Por sua vez, o *caput* do artigo 889-A, apenas cuida de nominar os estabelecimentos bancários aptos a receber as contribuições previdenciárias, o que se fará por meio do documento de arrecadação autorizado pelo INSS, as chamadas "GRPSs", que deverá conter o número do processo ao qual se refere.

O parágrafo 1º do art. 889-A dispõe sobre os casos em que o devedor previdenciário parcela sua dívida junto ao próprio INSS, hipótese em que a execução da contribuição social junto ao judiciário trabalhista é suspensa até o pagamento completo da dívida perante o órgão previdenciário.

O parágrafo 2º do artigo citado no parágrafo anterior disciplina a obrigatoriedade da remessa mensal, por parte das varas trabalhistas, das cópias das guias referentes aos recolhimentos previdenciários efetivados nos processos judiciais.

"Art. 897"

"§ 3º Na hipótese da alínea a deste artigo, o agravo será julgado pelo próprio tribunal, presidido pela autoridade recorrida, salvo se se tratar de decisão de Juiz do Trabalho de 1ª Instância ou de Juiz de Direito, quando o julgamento competirá a uma das Turmas do Tribunal Regional a que estiver subordinado o prolator da sentença, observado o disposto no art. 679, a quem este remeterá as peças necessárias para o exame da matéria controvertida, em autos apartados, ou nos próprios autos, se tiver sido determinada a extração de carta de sentença." (NR)

"....."

"§ 8º Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, conforme dispõe o § 3º, parte final, e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta." (AC)

O parágrafo 3º do art. 897 da CLT apenas altera a denominação "Presidente da Junta" para "Juiz do Trabalho de Primeira Instância", objetivando atender à mudança relativa à nova denominação dos órgãos trabalhistas de primeiro grau. Já o parágrafo 8º do mesmo artigo tencionou corresponder ao princípio da celeridade, pois determinou que quando o agravo de petição tratasse tão-somente de matéria previdenciária deveria tramitar em autos apartados, evitando, assim, a demora na satisfação do crédito trabalhista.

ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

Os críticos mais contumazes da nova sistemática têm apontado, a exemplo do que faz o Magistrado Salvador Franco de Lima Laurino⁸, que as disposições da Lei n.º 10.035/2000 encerram graves ofensas ao texto constitucional.

Aponta o douto Juiz que a nova redação dos artigos 832, § 3º, e 876, parágrafo único, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho, torna forçoso ao Juiz do Trabalho condenar a parte, sem que dantes haja a União Federal tomado qualquer iniciativa, iniciando em seguida, *ex officio*, os procedimentos executórios. Ampara sua assertiva no argumento de que a execução só pode ser deflagrada em razão da existência de um provimento judicial condenatório.

Vê nisso uma inconstitucionalidade, pois o § 3º do artigo 114 da Constituição da República seria alusivo apenas à execução de ofício e não à condenação *ex officio*.

⁸ in www.anpt.org.br/biblioteca/artigos.htm
Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

Cremos, contudo, que o texto constitucional, embora se refira apenas à execução, e não à condenação, estabelece um elo lógico que não se pode romper. É que o constituinte derivado consignou, de forma indubitosa, que a execução é consectário da prolação da sentença trabalhista, ou seja, decorre dela, apresenta-se como desdobramento, como projeção da atuação jurisdicional, não configurando, per si, provimento condenatório.

Logo, pensamos que a Lei n.º 10.035/2000 não ultrapassou os limites constitucionais, pois apenas ratificou a regra segundo a qual, havendo provimento jurisdicional condenatório em verbas sobre as quais haja incidência da contribuição previdenciária, deverá vir, como simples corolário, a execução *ex officio* das mesmas.

Há, contudo, dois outros pontos abordados pelo Juiz Lima Laurino que nos parecem de maior gravidade.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que o expediente traçado pela lei em comento finda por subtrair das partes a possibilidade de apresentação de defesa administrativa, pois eliminado o lançamento previsto no artigo 142 do Código Tributário Nacional.

O expediente estabelecido no CTN, é cediço, não pode ser contraposto ao mandamento constitucional. Ora, se há na Constituição da República a exigência de que a Justiça do Trabalho promova a execução das contribuições previdenciárias decorrentes das decisões que proferir, o silogismo indeclinável é que o provimento jurisdicional tornou desnecessário, ante o seu caráter determinativo, o lançamento, que é “precisamente o procedimento administrativo de determinação do crédito tributário”⁹.

O segundo ponto de especial gravidade é relativo ao fato de que se estaria imprimindo cunho inquisitorial ao processo, em detrimento de sua têmpera dialética, porque o juiz, ao agregar as funções de acusador e julgador, imporia sacrifícios ao contraditório.

É de notar-se, inicialmente, que a circunstância apontada não representa algo inusitado. O Código de Processo Penal, em seu artigo 385, faculta ao juiz a possibilidade de, mesmo pleiteando o Ministério Público a absolvição do réu, proferir sentença condenatória, nos crimes de ação pública, inclusive com a possibilidade de conhecer de agravantes não alegadas.

Dirão alguns que a ação penal é indisponível e, nisso, repousaria a justificativa para o texto do CPP. Mas é preciso afirmar que mesmo essa característica tem sido mitigada, como se verificou com a Lei do Juizados Especiais que conferiu ao Ministério Público a possibilidade de transacionar.

A última, e a mais grave ponderação do Juiz Lima, é relativa à circunstância de que, sendo o magistrado aquele que, na novel sistemática, “delimita a pretensão tributária”, fazendo-o “de maneira secreta”, não seria o julgado consequência da análise

⁹ MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. Malheiros Editores. São Paulo, 1998. Pág. 123.
Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

das considerações das partes, mas “fruto do arbítrio solitário de uma única parte”, sendo, a decisão decorrente do emprego desse método “uma sentença elaborada desde o princípio”.

Consideramos, contudo, que nada impede que as partes formulem, em seus arrazoados, argumentos acerca da incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas que, eventualmente, integrem um provimento judicial condenatório, ainda que a esse expediente conduza a uma eventual participação do INSS no debate travado ao longo do processo.

As partes, ao adotarem esta providência, influenciarão no convencimento do julgador e, dessa forma, promoverão o caráter dialético do processo.

CONCLUSÕES

A sistemática implementada pela Lei n.º 10.035/2001 representa a racionalização de expedientes já adotados, embora com certa resistência, pela Justiça do Trabalho.

Representa, sobremaneira, uma ampliação da importância deste órgão do Poder Judiciário, porque o envolve no esforço nacional de adequação da estrutura previdenciária aos novos contornos de nossa sociedade.

Consideramos de excessivo rigor a assertiva de que o aparato da Justiça do Trabalho estaria a ser utilizado como coletoria. Não cremos nisso. A obrigação de recolher existe mesmo antes da determinação do crédito previdenciário e, havendo a estipulação deste por meio do provimento jurisdicional, não haveria porque o Estado, por meio de seus órgãos judicantes, esboçar tolerância com os devedores da verba que, por mandamento constitucional, está sujeita a execução *ex officio*.

De mais a mais, o expediente da execução forçada pode ser evitado por iniciativa do devedor. Basta que, para tanto, faça uso da prerrogativa contida no artigo 878-A da CLT, acrescido pela lei debatida.

**RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

ARTIGO

PARTE DE

Ocino Batista Santos (*)